



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

*[Handwritten signature]*  
**DSATS**  
A Secretária-Geral

Of.º n.º 6937/MAP - 23 Agosto 07

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

07/8/24  
*[Handwritten signature]*  
Maria do Rosário Boléo  
Adjunta da Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício n.º 2014	29-03-2007	Registo n.º 1837	02-04-2007

**ASSUNTO:** RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 1163/X (2.º) - AC DE 23 DE MARÇO DE 2007, DOS SENHORES DEPUTADOS ANTÓNIO ALMEIDA HENRIQUES ~~PSD~~ (PSD) - ATRASO DO QREN E IMPLICAÇÕES NO PROGRAMA TEMÁTICO DO POTENCIAL HUMANO (QUALIFICAÇÕES)

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 2800 de 21 de Agosto do Gabinete do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

*[Handwritten signature]*

Maria José Ribeiro





MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

GABINETE do MINISTRO  
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

2007.08.21 02800

Entrada N.º 4458

Data 22 / 08 / 2007

Exm<sup>a</sup>. Senhora  
Dr<sup>a</sup>. Maria José Ribeiro  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Assembleia da República  
Palácio de São Bento  
1249 – 068 LISBOA

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		Ent. 6298/MTSS/2007 Proc.º. 386/2002/417	

Assunto: **Requerimento nº 1163/X/2ª) – Atraso do QREN e implicações no Programa Temático do Potencial Humano (Qualificações)**

Na sequência do vosso ofício nº 2883/MAP de 03.04.2007, referente ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de informar V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte:

1. O presente requerimento questiona fundamentalmente este Ministério relativamente aos seguintes aspectos:
  - a) Quais as verbas ainda por executar do QCA III em matéria de formação profissional e qual o plano de acção do Governo para que não se restitua verbas fundamentais para este período de transição do QCA III e QREN?
  - b) Face às dificuldades financeiras de muitas estruturas acreditadas, resultante do atraso do QREN, que medidas pensa o Governo implantar para evitar o risco de problemas a estas instituições no final do 1.º semestre do corrente ano?
  - c) Quando é que se iniciará em definitivo a aplicação do QREN e em particular do Programa Operacional Temático Potencial Humano (POPH)?
  - d) E que medidas foram tomadas para que exista uma boa articulação entre as diferentes instituições, públicas e privadas, que se dedicam à formação, designadamente na racionalização de meios e competências instaladas, para evitar que se dupliquem gastos em equipamentos já existentes?
2. A execução do conjunto de intervenções financiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE) no QCA III registada no Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P., até 31 de Março





S. R.  
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

*Gabinete do Ministro*

do corrente ano, aponta para uma execução de 83,3%, atingindo os cerca de 4 mil milhões de Euros. Deste modo, atendendo à dotação deste fundo para o QCA III, o valor financeiro ainda a executar no decorrer deste ano e do próximo, ao abrigo dos regulamentos comunitários e em particular da regra N+2, atinge os cerca de 790 milhões de Euros, dos quais cerca de 220 milhões não estão ainda comprometidos - ou seja, não foram ainda atribuídos no quadro de candidaturas ao fundo que estão em execução, sendo que deste valor ainda disponível, cerca de 170 milhões de Euros foram já solicitados, estando os pedidos de financiamento em apreciação pelos gestores dos Programas Operacionais.

Em síntese, atendendo à dinâmica de execução registada, aos compromissos já assumidos nos diferentes Programas Operacionais (ou seja, o somatório da despesa realizada com pedidos de financiamento concluídos, mais os montantes de financiamento aprovados que dizem respeito a pedidos ainda em execução, que aponta para uma taxa de execução de 88,5%), aos pedidos de financiamento em apreciação e ainda ao período de execução do QCA III, não se prevê a restituição de verbas por não execução das mesmas.

3. A situação referida no ponto anterior leva também a que gestão da transição entre o QCA III e o QREN seja, em termos gerais, menos problemática, uma vez que a execução do FSE não se encontra ainda concluída, o que permite o prosseguimento da actividade de grande parte dos beneficiários destes fundos, enquanto não abrirem candidaturas no âmbito do novo período de programação. Existem, porém, algumas áreas onde se poderão registar dificuldades (por exemplo, eixo 5 do Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social), porque as respectivas verbas no QCA III estão actualmente já muito próximo de da sua plena execução ou mesmo já esgotadas, pelo que o Governo não deixará de nesses casos intervir sempre que necessário e justificado no sentido de contribuir para uma transição tranquila entre os períodos de programação.

Esclareça-se ainda que o QREN não se encontra atrasado, tendo o Estado Português entregue à Comissão Europeia em devido tempo a proposta de QREN e de Programas Operacionais, de acordo com os prazos estipulados por esta, encontrando-se estas propostas na sua fase final de negociação entre as partes. Refira-se, aliás, que até ao dia 4 de Junho apenas um Estado-



S. R.  
**MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

*Gabinete do Ministro*

Membro, a Dinamarca, viu o seu Programa financiado pelo FSE aprovado pela Comissão Europeia e outro, a Áustria, viu serem aprovados oito programas financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

4. O início de aplicação no POPH decorrerá após a decisão de aprovação da Comissão Europeia, o que se espera venha a ocorrer em breve, desencadeando-se então a sua execução. Para o efeito o Governo tem vindo a trabalhar na preparação dos instrumentos indispensáveis para a abertura de candidaturas ao Programa, designadamente na sua regulamentação interna e na constituição das estruturas de gestão e acompanhamento, de acordo com as opções estratégicas tomadas ao longo deste processo.

5. Quanto às medidas adoptadas para assegurar uma boa articulação entre as diferentes instituições de formação, potenciando uma maior racionalidade na utilização dos recursos, esta tem sido uma área que tem merecido especial atenção, designadamente no quadro da execução da Iniciativa Novas Oportunidades e que pretendemos aprofundar no contexto da reforma sobre a formação profissional, acordada com a generalidade dos parceiros sociais. De facto, com a Iniciativa Novas Oportunidades foi desencadeado um intenso esforço de envolvimento e articulação acrescida entre diferentes entidades em prol do grande desafio estrutural da sociedade portuguesa – o da qualificação da sua população activa – com a expansão da rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (mais 170), agora designados de Centros Novas Oportunidades, com a assinatura de mais de 477 protocolos com empresas, associações empresariais e outras instituições para a qualificação dos seus activos, com a celebração de protocolos entre Centros de Formação Profissional sob coordenação do IEFP, I.P. e escolas sob tutela do Ministério da Educação para a rentabilização dos respectivos espaços e equipamentos e com o desenvolvimento de um Sistema de Informação Integrado das Ofertas de Formação, só para referir as medidas mais emblemáticas.

Com a reforma da formação profissional, cujo edifício legislativo irá ser ainda este mês apresentado para discussão na sua globalidade, serão ainda criadas condições mais favoráveis para reforçar a eficácia e a intensidade desse esforço de articulação interinstitucional, para que seja possível uma efectiva aceleração do ritmo de qualificação da nossa população,





MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

*Gabinete do Ministro*

aumentando simultaneamente a sua qualidade e pertinência face às necessidades das empresas e dos trabalhadores. Na realidade, só com esse esforço conjunto será possível serem atingidos e com qualidade os objectivos e metas definidos designadamente nos eixos 1, 2 e 3 do POPH relativamente à formação dos activos.

 O CHEFE DO GABINETE

(Diogo Franco)

  
Sandra Ribeiro  
Assessora

.../PS